

## EDITORIAL

### PÁTRIA DA LÍNGUA

Tomando as palavras do "Ultimatum futurista" de Almada Negreiros, poderíamos dizer que é preciso criar a Pátria da Língua Portuguesa do século XXI.

Nessa direção, um passo importante está a ser dado em Lisboa, no final de novembro, quando os Chefes de Estado e de Governo assinarem o documento que institucionaliza a Comunidade dos 7 países lusófonos. E, seguindo ainda o texto do escritor rebelde a todos os códigos, reafirme-se, pela "terceira vez" ou "finalmente", que, para criar essa pátria do século XXI, não são necessárias fórmulas nem teorias; existe apenas uma imposição urgente: sermos da nossa época.

É isso mesmo.

Se os europeus conseguiram construir um "espaço comum" a despeito das diferenças do idioma e das rivalidades e guerras que os dividiram durante séculos; se já funcionam a NAFTA, acima do Rio Grande, e o MERCOSUL, na América Latina; e se ganha corpo, na orla do Pacífico, a idéia de um bloco de nações que, apesar das imensas disparidades, começam a descobrir linhas de interesse e de convergências, pergunta-se: por que não devemos operacionalizar tudo aquilo que nos une naturalmente, desde a Língua que falamos aos sentimentos de fraternidade, à convivência histórica e à partilha de valores?

Os outros poderiam ter, nalguns casos, a continuidade geográfica, ou fortes razões políticas, ou oportunidades econômicas para justificar a configuração de uma Comunidade; nós – e o pronome abrange o Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – possuímos motivos muito mais extensos e muito mais profundos para organizar e dar conteúdo a um projeto político cuja dimensão ultrapassa os arranjos das chancelarias e os negócios comerciais, para atingir em cheio o próprio destino de nossos povos.

Mas não podemos ficar nos proclamas. Afinal de contas, os sentimentos não são recentes, nem as afinidades surgiram agora. Conforme nos ensina o Prof. Celso Lafer, se as idéias e percepções influenciam uma decisão no sistema internacional, o comando dessa decisão está intimamente ligado à prática e aos interesses concretos. No mundo da lusofonia há muitos anos que se fala em comunidade; na equiparação de direitos e deveres; em Tratados de Amizade e Consulta; em Acordos Comerciais, Científicos e Tecnológicos; em zonas francas; em complementariedade industrial; em reconhecimento de cursos e diplomas; em dispensa de passaportes e em dupla nacionalidade; em acertos ortográficos e em planos de cooperação múltipla.

Em todas as áreas saímos na frente dos outros países, tendo por lastro aquilo que eles não tinham e que se sobrepõe às meras conveniências políticas ou aos ganhos econômicos: o idioma e as relações especiais que soubemos urdir ao correr dos séculos. Por esta ou por aquela causa – e uma delas foi o plano desigual em que se encontravam os países africanos, que só a partir dos anos 70 conseguem romper os vínculos coloniais – o projeto da Comunidade, como um todo, nunca conseguiu relevância internacional. O que não significa que tenham sido inúteis, ou ineficazes, em nível dos dois países, muitos dos instrumentos criados. Seria injusto afirmá-lo, passando por cima dos avanços e das conquistas obtidas. Daí, entretanto, até reconhecer que no plano externo e perante terceiros países, essa Comunidade teve o peso e a influência à altura do que ela vale e representa vai uma grande distância.

Por isso, ao ser retomado o projeto – e desta vez com o Brasil empenhado em seu desenvolvimento e os países africanos livres da tutela colonial – é com alegria que vemos ao nosso alcance a Pátria da Língua Portuguesa do século XXI.

Vamos construí-la com grandeza, agora ou nunca.

A. Gomes da Costa

\*\*\*